

**EDUCAR, VIGIAR PARA GOVERNAR: O PROFESSOR DIRETOR DE TURMA
(PDT) E A REGULAÇÃO DA VIDA ESCOLAR**

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.041-015>

Francisco Ullissis Paixão e Vasconcelos

Pós-doutorando em Psicologia Social
Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ
Professor do Mestrado Profissional em Sociologia
Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA
E-mail: francisco_ullissis@uvanet.br

Benedito Braz Sobrinho

Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação.
Must University.
E-mail: benebraz13@gmail.com

Elenilda Teles Frota

Mestranda em Ciências da Educação
Universidad Del Sol - UNADES
E-mail: elenildatf@gmail.com

Flavia Azevedo Albuquerque Fontenele

Especialista em Gestão da Educação Pública
Universidade Federal de Juíz de Fora - UFJF
E-mail: flaviaazevedo1@yahoo.com.br

Francisca de Fátima Lemos Braz

Especialista em Psicopedagogia
Faculdade Vale do Jaguaribe - FVJ
proffatinhalemos@gmail.com

Francisco Jardel Araújo Lourenço

Especialista em Docência do Ensino Superior
Universidade Anhanguera - UNIDERP
E-mail: jardel.renova@hotmail.com

Francisco Kennedy Linhares Ximenes

Mestre em Ciências da Educação
Universidade San Lourenço - UNISAL
E-mail: ximeneskennedy2014@gmail.com

Germana Coelho da Silva Bernardo

Especialista em Língua Portuguesa e Literatura
Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA
E-mail: coelhonana.gc@gmail.com

Josele Gleissiane Nobre Azevedo

Esp. em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal do Espírito Santo - IFES

E-mail: josele.azevedo@prof.ce.gov.br

Raimundo Nonato Luciano dos Santos

Especialista em Gestão da Educação Pública

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

E-mail: raimundononatogwa@gmail.com

RESUMO

O artigo discute, a partir de uma análise foucautiana, a figura do professor diretor de turma implementada nas escolas cearenses, destacando sua história de criação, os objetivos e impacto no contexto educacional, bem como as implicações de um fazer que extrapola a circunscrição da escola e o tempo de trabalho. Utilizando a análise documental como metodologia, foram examinados documentos normativos e legais. Os resultados apontam uma mudança na compreensão e abrangência do fazer docente, mas mantendo este como aquele que é responsável por gerar consciência (no sentido de acompanhamento moral e disciplina), operando como ente gerador de vida, e que, para tanto, deve ser o primeiro a se manter em certas condições morais e disciplinares para servir de exemplo, o que configura um claro processo de subjetivação envolvido nesse contexto. Deste modo, a função do professor diretor de turma, mais que uma estratégia para a melhoria da aprendizagem, desponta como modo de controle das consciências, das condutas e da adaptação às normas, como um modo eficaz de vigilância e controle da vida.

Palavras-chave: Professor diretor de turma. Fazer docente. Processos de Subjetivação.

1 INTRODUÇÃO

A figura do Professor Diretor de Turma (PDT) surgiu nas escolas cearenses, conforme os documentos oficiais, com o objetivo de fortalecer a relação entre estudantes, escola e família. Seu surgimento está atrelado às políticas educacionais do Estado do Ceará, que buscaram, a partir 2010, com a implementação oficial em toda a rede de educação, estabelecer mecanismos mais eficazes de acompanhamento pedagógico e disciplinar dos alunos (SEDUC, 2010). É justamente nessa perspectiva de acompanhamento pedagógico e disciplinar que vemos a demarcação de uma engenharia de gestão pedagógica que pode ser compreendida, não apenas como articulação voltada à melhoria da aprendizagem, mas como dispositivo estratégico de controle e subjetivação de docentes e discentes.

O problema central que se coloca é: até que ponto o papel do PDT se limita às funções pedagógicas ou se, ao contrário, está inserido dentro de um conjunto de práticas discursivas que produzem e regulam condutas? Na medida em que entendemos, como Foucault (1979), que as instituições educativas são parte de um aparato disciplinar que visa normalizar comportamentos e estabelecer padrões de conduta aceitáveis, também nos dispomos a indagar como a função do PDT extrapola a simples mediação pedagógica e se insere como um mecanismo de normatização, vigilância, controle e produção das subjetividades escolares.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar a função do PDT nas escolas cearenses sob uma perspectiva foucaultiana, investigando sua história de criação, seus objetivos declarados e os impactos no contexto educacional. A pesquisa parte da hipótese de que esse modelo não apenas amplia as responsabilidades do professor dentro do espaço escolar, mas também o posiciona como um agente disciplinador, fiscalizador e, portanto, normatizador, que opera como gerador de consciência moral e de conduta nos estudantes. Dessa forma, busca-se compreender como esse fazer pedagógico extrapola a circunscrição do cognitivo e até do espaço físico da escola e do tempo formal de trabalho, impondo sobre o professor um “ser professor” em tempo integral em todo e qualquer espaço, além de responsável por implementar um regime de autorregulação e padronização de condutas, no qual, ele mesmo deve ser o primeiro a ser transformado.

A relevância desta discussão reside no fato de que, embora o PDT seja defendido como uma estratégia de acompanhamento pedagógico, suas implicações para o trabalho docente e para a formação subjetiva dos alunos ainda carecem de investigações mais aprofundadas e menos dogmáticas, uma vez que a escola tende a ser vista sempre por meio de uma bondade ontológica. Nós, no entanto, seguimos pelas mesmas veredas de pensadores como Veiga-Neto (2005) e Duschatzky & Skliar (2001) que entendem a escola como engrenagem fundamental no jogo de poder-saber, e os dispositivos educacionais como operando sempre enquanto instrumentos de produção de subjetividades, definindo não apenas o que se aprende, mas também como se deve ser e agir dentro da instituição escolar e no mundo. Assim, compreender o PDT como parte de uma tecnologia de governo das condutas, além de

permite um olhar mais crítico sobre suas implicações no cotidiano escolar, dá um tom de ruptura com a histórica construção da escola como sendo neutra, mas capaz de conduzir os homens à sua suposta essência humana.

Como metodologia escolhemos a análise documental, examinando normativas educacionais que regulamentam a função do PDT, a partir da Chamada Pública da Secretaria da Educação do Ceará (2010), além de informações oficiais divulgadas no blog da CREDE 2, situada no município de Itapipoca – Ce. A abordagem de pesquisa é qualitativa, que permite compreender como essa política se articula no campo discursivo da gestão escolar e quais são suas implicações para a construção das subjetividades dos agentes educacionais envolvidos.

Defendemos, nos resultados, que a inserção do PDT nas escolas estaduais do Ceará demarca uma certa compreensão de docência e define o papel do professor como gestor de pessoa mais que de processos educativos, tornando-o não apenas um mediador da aprendizagem, mas um gestor de conduta e gerador de “consciências” a partir de uma perspectiva de governamentalidade dos estudantes. A exigência de que o PDT conheça profundamente seus alunos, atue na prevenção de problemas disciplinares e promova valores morais e sociais evidencia sua função como operador de um mecanismo de controle das consciências e de padronização das condutas. Em consonância com as reflexões foucaultianas, entendemos então, que o PDT não apenas ensina, mas também regula e disciplina, inserindo-se em um dispositivo educacional que ultrapassa os limites da sala de aula e adentra os domínios da formação subjetiva e moral dos indivíduos.

2 O PROFESSOR DIRETOR DE TURMA: GÊNESE E PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS

A figura do Professor Diretor de Turma (PDT) surge no contexto educacional como uma tentativa de resposta às demandas por uma gestão mais significativa, próxima e personalizada do processo de ensino-aprendizagem, especialmente em sistemas educacionais que buscavam integrar a dimensão pedagógica com a socioafetiva. Sua origem está associada à necessidade de um profissional que pudesse mediar as relações entre escola, alunos e as famílias, na busca de integrar diferentes atores no ambiente escolar. As primeiras experiências que dizem respeito ao PDT remontam a meados do século XX, em países como França e Portugal, onde uma perspectiva mais holística de educação despontava como caminho para diminuir a insatisfação com a escola e o resultado que esta entregava à sociedade, fundamentando-se na aposta do desenvolvimento integral do estudante, com forma de atendimento aos anseios sociais e aos desafios globais.

No contexto francês, o *professeur principal* (equivalente ao PDT) surgiu como uma figura central no acompanhamento dos alunos, especialmente no ensino secundário. Sua função era garantir a coesão da turma, orientar os estudantes em suas escolhas acadêmicas e profissionais, e atuar como um elo entre os professores, a direção da escola e as famílias. Segundo Charlot (2000), o professor

principal não é apenas um transmissor de conhecimentos, mas um facilitador do diálogo e da construção de projetos de vida e é, justamente a figuração de um ente que conduz os alunos a um projeto de vida, que não é livre, mas guiados por elementos *a priori* do que é legítimo dentro de um projeto de vida a ser aceito, que mais demarca a figura do PDT como aquele que conduz as consciências e opera no fomento de certos modos legítimos de vida no contexto da escola neoliberal, abrigados pela roupagem de discursos difíceis de serem contestados, tal como o da importância da formação cidadã dos alunos e a construção de um futuro bom e próspero.

Em Portugal, a implementação do Diretor de Turma ocorreu de forma mais sistemática e regulamentada a partir da década de 1980, com a reforma educacional que buscava modernizar o sistema de ensino português. Com a promulgação do Decreto-Lei n.º 115-A/98 estabeleceu-se as diretrizes gerais para a figuração do PDT, definindo-o como responsável pela coordenação pedagógica da turma, pelo acompanhamento individualizado dos alunos e pela articulação com os gestores escolares. Isso segue a perspectiva de Roldão (1999), que compreende a docente como gestor de relações, mediador de conflitos e um promotor de sucesso educativo. Essa concepção, que também é compreendida na concepção do PDT, reforça a ideia de que tal professor não seria um agente limitado a uma função burocrática, pedagógica ou cognitiva, mas assume um papel ativo no atendimento da histórica função social da escola desde sua institucionalização, que é o de modelar os comportamentos a partir de pedagogias de conduta, em atenção às expectativas do espírito funcionalista.

No que diz respeito ao Brasil, o Projeto Professor Diretor de Turma (PDT) teve suas primeiras experiências a partir do XVIII Encontro da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) – Seção do Ceará, realizado em 2007. Conforme registros, nesta ocasião foi apresentada como bem-sucedida, a experiência das escolas públicas portuguesas que trabalhavam com a atuação da figura do Diretor de Turma. Conforme Seduc (2011), inspirados por essa perspectiva supostamente promissora, gestores educacionais dos municípios de Eusébio, Madalena e Canindé decidiram implementar um projeto piloto em três escolas locais, marcando o início dessa iniciativa no estado e no Brasil.

Um ano depois, em 2008, o Projeto incorporado como política educacional e passou a ser implantado em 25 Escolas de Educação Profissional e novamente ampliado, no ano seguinte, expandindo-se para mais 26 unidades, totalizando 51 escolas participantes. Vale ressaltar que, no âmbito da Escolar Profissionais de tempo integral cearenses, o PDT era celebrado como um diferencial que garantia excelência educativa.

Após constatação de que o projeto atingia certos objetivos e que se apresentava viável como mapeador das condutas dos estudantes, a Secretaria de Educação Estado do Ceará (SEDUC) decidiu, em 2010, estender o Projeto às Escolas de Ensino Regular da rede pública estadual. Essa ampliação ocorreu por meio de um processo de adesão, no qual as escolas puderam optar por implementar o PDT

nas turmas do 1º ano do Ensino Médio e do 9º ano do Ensino Fundamental (no caso das escolas sem oferta de ensino médio). Após a publicação da Chamada Pública para Adesão ao Projeto no site da SEDUC, 474 escolas aderiram à iniciativa, envolvendo 2.988 turmas e 2.118 professores diretores de turma, sendo ampliado mais uma vez, para as demais turmas do Ensino Médio, a partir de 2011, atingindo oficialmente 530 escolas algum tempo depois (SEDUC, 2011). Isso se configura um movimento educacional intenso, em nome do controle dos estudantes, de suas condutas, sonhos e perspectivas de futuro.

3 AS FIGURAÇÕES E ESPECIFICIDADE DO PDT NA COMPREENSÃO EDUCACIONAL CEARENSE

Como mencionado anteriormente, o Projeto Professor Diretor de Turma (PPDT), como ficou conhecida o projeto de institucionalização do PDT, no Ceará tem suas raízes na experiência portuguesa, sendo introduzido como uma política pública educacional voltada ao acompanhamento pedagógico, mas também disciplinar e moral dos estudantes.

A proposta do PPDT foi desenhada com o objetivo de criar uma instância de mediação entre alunos, professores, famílias e a gestão escolar. Sua principal configuração consistiu na escolha de um docente, que deveria também atender a certas prerrogativas, a princípio ditas como competências, para atuar como responsável pelo acompanhamento de uma turma. Esse docente deveria promover reuniões periódicas com os responsáveis pelos estudantes, organizando registros individuais sobre o desempenho acadêmico e comportamental/moral dos alunos, além de articular ações pedagógicas entre os diferentes professores da turma (SEDUC, 2010). Dessa forma, o PPDT se apresentou como possibilidade de fortalecimento do vínculo entre a escola e a comunidade, prevenindo situações de evasão escolar e contribuindo para a melhoria do rendimento dos alunos.

Para assumir a função de Professor Diretor de Turma, esperava-se que o docente apresentasse um perfil específico, que incluía habilidades de gestão, liderança e mediação de conflitos. Tal expectativa sobre o docente gera, indubitavelmente, um movimento de autorreflexão e autoanálise docente acerca de competências e habilidades que o tornariam distintos e mais adequados aos interesses da escola: além de ministrar aulas regulares, o PDT deveria demonstrar capacidade de envolver pais e responsáveis no processo educativo, possuir autonomia na resolução de problemas e organizar o “dossiê” da turma com registros detalhados sobre cada aluno (Leite, 2016).

A escolha do PDT, desde sua origem nas experiências piloto, não ocorria de maneira aleatória; os diretores escolares e coordenadores pedagógicos buscavam por um perfil docente de liderança e competência para gerir a dinâmica da sala de aula e das relações interpessoais dentro do ambiente escolar (Sá, 1997). Uma espécie de modelo confiável para tal função tão humanizadora e garantidora das expectativas de sucesso da escola.

Nesse contexto, alguns desafios foram surgindo e relatados, tanto por diretores escolares como pelos próprios professores que atuavam como PDT. Tais desafios diziam respeito à complexidade das demandas exigidas pela função e a pouca preparação teórica e técnica para manejá-las (EX-SEC, 2017). As expectativas acerca da função do PDT no contexto da experiência no Ceará, passou a tecer um perfil docente quase “extraterrestre”, esperando que o professor fosse capaz de lidar com múltiplas responsabilidades ao mesmo tempo (idem). Por outro lado, algumas visões defendiam que a função do PDT deveria ser acessível a qualquer docente, desde que houvesse compromisso e desenvolvimento contínuo das habilidades necessárias (idem). Essa discussão evidenciou o caráter desafiador da função, que exigia do professor não apenas habilidades pedagógicas, mas também competências emocionais e organizacionais, conflituando, de certo modo, visões distintas de educação, e a própria função do PDT e do próprio fazer docente.

Quando se refletia/reflete acerca dos aspectos que tocam a profissionalidade docente, é impossível não pensar sobre a intensificação do trabalho docente que, na figura do PDT, não está circunscrito nem ao espaço e nem ao tempo pedagógico. O PDT o seria a todo tempo e em todo espaço, tanto que também teria que ficar atento ao que os alunos faziam nos fins de semana, com quem andavam e que lugares frequentava. Professores diretores de turma passaram a acumular atribuições pedagógicas, administrativas e sociais, muitas vezes sem a devida preparação, muito menos compensação em termos de tempo ou remuneração, o que caracteriza descaracterização e precarização do trabalho docente (Nóvoa, 2009). Além disso, a vinculação do PPDT a políticas como o Circuito de Gestão e o Desenvolvimento de Competências Socioemocionais reforçou o caráter gerencial da função, atribuindo ao PDT um papel central na concretização de metas e indicadores educacionais estabelecidos pelo governo estadual (Ceará, 2014), o que leva essa política educacional para o centro do modelo neoliberal para a educação e seu modelo de gerenciamento das subjetividades.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória. Trata-se de uma pesquisa de natureza documental, com análise de discurso foucaultiana na produção dos dados acerca da investigação dos discursos e das práticas associados ao Projeto Professor Diretor de Turma (PDT) nas escolas cearenses.

A pesquisa qualitativa, segundo Creswell (2013), busca compreender e aprofundar os fenômenos a partir das percepções e experiências dos sujeitos, possibilitando uma investigação das dimensões sociais, culturais e simbólicas que moldam a realidade estudada. Quanto ao o caráter exploratório da pesquisa, este permite que o fenômeno seja examinado sem a necessidade de hipóteses prévias, abrindo espaço para a identificação de novos elementos e interpretações sobre a função e o papel do fenômeno estudado (Gil, 2008).

A perspectiva de análise documental foi escolhida por possibilitar exploração de informações e discursos em fontes primárias que garantem acesso aos movimentos e compreensões genuínas iniciais, e suas intenções no contexto das políticas e práticas educacionais. Conforme Minayo (2010), a análise documental é um procedimento sistemático de estudo de documentos oficiais e não oficiais que possibilita a reconstrução de contextos históricos e a compreensão dos discursos presentes nas práticas sociais. Para a presente investigação, foram selecionados dois documentos de relevância: (a) a “Chamada Pública para Adesão ao Projeto Diretor de Turma”, emitida pela Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC, 2010), que estabelece as diretrizes, objetivos e critérios para a implementação do projeto; e (b) o blog sobre o PDT da 2ª CREDE de Itapipoca, que congrega as características performativas do PDT, relatos, depoimentos e reflexões acerca das experiências e configurações do projeto em âmbito local.

5 ANÁLISE DE DADOS: O PROFESSOR DIRETOR DE TURMA E SEUS DESDOBRAMENTOS NAS ESCOLAS CEARENSES

Tomaremos como primeiro elemento de análise as apresentações contidas no blog da 2ª CREDE, coordenadoria regional situada na cidade de Itapipoca – Ce. Este blog trás caracterizações e definições do Projeto Professor Diretor de Turma (PPDT) e aponta para os modos como este se inscreve em uma lógica de gerenciamento neoliberal para a educação, operando mecanismos de biopolítica, governamentalidade e modos de subjetivação próprios da contemporaneidade.

Embora o objetivo central do projeto, apresentado no blog, figure sob uma retórica de promoção do engajamento de vários entes em benefício de uma conquista educacional, afirmando que o que se busca é “favorecer a articulação entre os professores, alunos, pais e responsáveis, buscando promover um trabalho cooperativo, especificamente, entre professores e alunos, no sentido de adequar estratégias e métodos de trabalho”, o que se percebe, na articulação geral (quando se olha as atribuições do PDT), é um movimento de convocação de diferentes atores para que uma rede de fiscalização das condutas dos estudantes seja instalada. Embora os alunos figurem de modo aparentemente horizontalizado nessa relação, eles são, na verdade, os entes centrais, para onde todos os olhares, técnicas de fiscalização e interesses de vir a ser se voltam e são construídas sob esses múltiplos olhares.

Esse modo de operar nos remete ao modelo de controle próprio das Sociedades Disciplinares, a partir de um aparato de poder que, ao mesmo tempo em que pretende criar um ambiente que retira o castigo, implementa modos de vigilância e disciplinarização, o que, por meio da cooperação de diversos entes, torna o modelo mais especializado e eficaz para a produção de efeitos de parâmetros rígidos de conduta dos sujeitos (Foucault, 1979; Rose, 1999), o que acaba sendo o alvo das práticas do PDT.

Quando tomamos o item que toca o “Modo de execução”, o projeto é apresentado como de execução simples, em que “um professor que ministre qualquer disciplina na turma, assume o compromisso de responsabilizar-se pelos alunos”, embora não esteja expresso, o que se instala é um regime de responsabilização, vigilância e controle onde a ausência de delimitação é a própria expressão da abrangência do fazer do PDT que deve, ir percebendo todas as áreas em que pode e deve agir no acompanhamento e controle das experiências da vida dos estudantes. A responsabilidade do docente segue os moldes de uma governamentalidade da juventude que ganha, no território escolar, uma sinuosidade a partir do governo das individualidades que são vistas, a todo tempo, por muitos olhares, sendo o PDT uma espécie de prisma que reflete (denuncia e/ou relata), para os demais entes, o que acontece com o aluno que é fichado e objeto de relatórios.

Aos poucos o PDT foi e vai tornando-se uma figura sacra, de tal modo que as nuances do Projeto Professor Diretor de Turma passam despercebidas. Mas isso faz parte da engenharia, uma vez que, como nos dirá Foucault (1979), as práticas de disciplina não se limitam à imposição externa, seu grande objetivo é serem internalizadas pelos sujeitos, transformando-as em autovigilantes. Nesse contexto, ao designar o professor como “Professor Diretor de Turma”, o que dar o rumo, o norte da existência, o projeto não apenas delega funções administrativas e pedagógicas, mas induz o docente a assumir uma postura de autorregulação e de constante monitoramento dos alunos. Essa dinâmica de autosubjetivação é característica dos dispositivos de poder que operam por meio do saber, conforme apontado por Foucault (1991).

O documento prossegue detalhando que a “metodologia de execução do Projeto favorece ao Professor Diretor de Turma desenvolver uma articulação que permite-lhe chegar a um conhecimento pormenorizado de cada um dos alunos da turma”, o que aponta para o movimento de especialização e esquadramento próprio dos processos disciplinares, e seguem no fluxo de operação do poder que é exercido por meio de produção de saber sobre os corpos e as condutas dos indivíduos. Para Foucault, o ato de observar, categorizar e registrar comportamentos constitui uma forma de controle que torna os sujeitos passíveis de intervenções precisas. Ao enfatizar a importância de “chegar a um conhecimento pormenorizado”, o discurso aponta para desejo de disciplinar e normatizar a experiência escolar, alinhando-se à lógica do biopoder, onde o gerenciamento das populações – neste caso, os alunos – se torna central (Foucault, 1979; Rose, 1999).

Outro fragmento relevante diz respeito à convocação de reuniões regulares e frequentes, bem como a elaboração de “dossiês” com o intuito de monitorar o desempenho e o comportamento dos alunos. Esse conjunto de práticas compõem um aparato de vigilância e de avaliação contínua, que, segundo Foucault (1991), é característica dos dispositivos disciplinares e das engrenagens das instituições modernas, com grande legitimidade nas escolas. Ao instituir reuniões regulares para a “apreciação qualitativa e quantitativa por aluno”, o projeto transforma o espaço escolar em um campo

de avaliação constante, onde cada sujeito deve se conformar a critérios previamente estabelecidos, reforçando assim a ideia de que a liberdade individual é construída – e limitada – dentro de um regime de verdade, controle e normatização.

Além disso, o blog destaca que o Projeto se fundamenta na premissa de “Educar na perspectiva da desmassificação”, apontando para aquilo que falamos anteriormente ao indicarmos um movimento de conhecimento minucioso dos comportamentos, pensamentos e sentimentos dos alunos, justificados sobe a retórica singularidades – enquanto indivíduos que “aprendem, riem, choram, se frustram...” – dialogando com a promessa de uma educação humanizadora. Contudo, essa promessa se insere num contexto paradoxal: ao mesmo tempo em que se defende a singularidade do sujeito, o discurso institucional direciona práticas que objetivam padronizar comportamentos e condutas, por meio de ritmos e regras comportamentais pensadas a priori e originárias de parâmetros morais e sociais que enformam e normalizam as condutas a partir de certos códigos de verdade. Essa dualidade – a de promover a individualidade enquanto se impõe um conjunto de normas – remete diretamente às reflexões de Foucault sobre como o poder opera ao produzir sujeitos que internalizam os dispositivos normativos (Foucault, 1979; Rose, 1999).

A caracterização trazida pelo blog da 2ª CREDE de Itapipoca, embora faça o esforço de travestir o PPDT como comprometido com o bem estar e sucesso dos estudantes, o que ele faz, em suas entrelinhas, é fomentar uma articulação na produção de certas subjetividades por meio dos modos disciplinares, enlaçados pela lógica neoliberal de gerenciamento da educação. Ao entender que o professor deve assumir o compromisso de responsabilizar-se pelos alunos, o documento evidencia que a função do Diretor de Turma é compreendida como um mecanismo de vigilância e controle, de modo a conduzir as subjetividades – o que para que ocorra com sucesso, tem que, o próprio PDT, ser o primeiro a ser moldado subjetivamente se tornando este ente que vigia a partir de um modelo que ele mesmo deve impregnar. Essa prática está imbricada na ideia de que a eficiência e os resultados escolares dependem de uma constante vigilância e da administração minuciosa dos comportamentos, o que é característico da governamentalidade descrita por Foucault (1979).

Embora aparente buscar uma educação que alia razão e emoção, a proposta de atuação de um PDG está, na prática, estruturada em torno de mecanismos de controle, monitoramento e produção de saberes sobre os sujeitos, para melhor controlá-los. Esse aparato discursivo reflete a influência dos modelos de gerenciamento neoliberal, que enfatizam a eficiência, a mensuração de resultados e a responsabilização individual, ao mesmo tempo em que operam processos de biopolítica e governamentalidade que conduzem à subjetivação dos atores envolvidos no ambiente escolar. Dessa forma, a implementação do PPDT revela, por meio de suas práticas e narrativas, os contornos de um dispositivo disciplinar moderno, no qual o controle social e a normatização se fazem presentes de forma sutil, mas com grande eficácia nos modos de produção de sujeitos.

Quando tomamos para análise a Chamada Pública para Adesão ao Projeto Diretor de Turma (2010) vemos a oficialidade dos tons da governamentalidade e da biopolítica no contexto educacional de modo a nos fazer entender que o que expressava o blog da CREDE 2 é fruto desse movimento discursivo sobre a égide de uma verdade emergente que promete resultados e sucesso. Desde sua introdução, o documento enfatiza o papel do Professor Diretor de Turma (PDT) como responsável por um “conhecimento aprofundado e sistematizado do aluno”, destacando que o docente deve possuir informações detalhadas sobre o histórico de vida, interesses, atitudes e valores dos estudantes. Uma espécie de esquadrinha do indivíduo que é mapeado e conhecido para ser contido e guiado. Esse tipo de monitoramento reflete a lógica foucaultiana do poder disciplinar, no qual a observação contínua e a produção de registros se tornam centrais para a regulação das condutas e para a subjetivação dos indivíduos (Foucault, 1979).

O documento reforça essa lógica ao afirmar que a extênciPDT “possibilita-lhe atuar como mediador entre os alunos, os demais professores da turma, os pais ou responsáveis e o núcleo gestor da escola, no intuito de minimizar conflitos e imprevistos comuns à dinâmica escolar”. Esse movimento, que aproveita as vulnerabilidades dos pais e responsáveis frente às muitas atrações disponíveis no tecido social e que podem seduzir os jovens, se configura, na verdade, como propositura de internalização de um dispositivo de governamentalidade, uma vez que o professor passa a operar como garantidor de livramento dos males da contemporaneidade. É por isso que Rose (1999) nos diz que no contexto da Nova Gestão Pública, a função docente é reformulada para atender a exigências de controle e eficiência, moldando sujeitos que internalizam os valores normativos estabelecidos pelo Estado e pelas políticas educacionais.

A perspectiva biopolítica também pode ser identificada em enunciados como “educação da razão e da emoção”, que emerge como apelo a um certo modelo de sujeito controlado, equilibrado e feito para certa lógica de normalidade. Inclusive quando se fomenta uma perspectiva escolar que vê os alunos em constante transformação e que “valoriza suas especificidades” mas, ao mesmo tempo se tem que conhecer para se controlar a todos, o que se vê, na verdade, é um processo de normalização e regulação das condutas aos moldes de como opera o biopoder, que não age apenas sobre os corpos individualizados, mas sobre populações inteiras, gerenciando comportamentos e promovendo a adaptação a determinadas normas. Assim, o que se tem é a legitimação de um ente educacional, o PDT, que está à serviço do controle da população jovem estudantil, legitimando e sancionando seus modos de vida, inclusive registrando essas vidas em Dossiês. Assim, vamos entendendo que uma das principais funções do PDT é alimentar perfis detalhados de cada aluno, com fotografias, registros de comportamento e mapeamento de suas dificuldades, interesses e ações, aos moldes do panoptismo na educação, uma vez que o estudante se experienciam a partir da compreensão de estar sempre sob a vigilância contínua do PTD.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A figura do Professor Diretor de Turma e sua evocação para que atue frente à experiência de vida dos estudantes, se faz aos moldes do discurso que articula dispositivos de biopolítica e governamentalidade para a produção de sujeitos escolares regulados e disciplinados. Na medida em que a função do PDT extrapola a dimensão pedagógica e se insere em uma lógica de vigilância e normalização, acabam por balizar a experiência de si, sendo ele próprio o primeiro a fazer tal experiência a partir dos discursos que também o capturam. O projeto de institucionalização de tal função, ao mesmo tempo em que promete autonomia e formação cidadã, institui uma série de mecanismos de controle que garantem a adesão dos sujeitos às normas institucionais, reafirmando o papel da escola como um espaço de regulação da vida e das condutas.

Deste modo, o PDT opera como um dispositivo de saber-poder que excede as intenções declaradas de integração e humanização do ensino, fomentando, no ambiente escolar uma propositura de produção e se regulação das subjetividades, onde os discursos sobre autonomia e cidadania coexistem com práticas de monitoramento, avaliação e padronização.

Dessa forma, entendemos e afirmamos que, aos moldes do que fora desenhado pelos ideais funcionalistas para a escola moderna, a educação cearense na contemporaneidade, não apenas ensina conteúdos e desenvolve competências, mas também disciplina corpos e regula condutas sob o modelo da vigilância constante e do atendimento modos legítimos de vida. Ressaltamos que tensionar esse projeto, não implica negarmos possíveis contribuições para com melhoria de índices de aprendizagem, mas entendemos ser fundamental problematizarmos os efeitos das tecnologias de poder que permeiam sua implementação, gerando fissuras que permitem a construção de práticas educacionais que fujam da armadilha da normatividade disciplinar.

Não é exagero dizer que o PDT assume o papel de guia das consciências, figurando como o Grilo Falante da história de Pinóquio. Assim como na narrativa de Collodi, em que a consciência de Pinóquio não está nele, não lhe pertence, mas é gerada por meio da interiorização de regras externas, o PDT opera como um dispositivo que forma e orienta a consciência dos estudantes a partir de discursos e práticas de verdade que fomentam a incorporação de normas legítimas e normalizadoras. Trata-se de um processo de subjetivação em que o sujeito escolar passa a se regular com base em parâmetros estabelecidos institucionalmente, tornando-se ao mesmo tempo objeto e sujeito da disciplina que lhe é imposta. O PDT, nessa configuração, não apenas ensina, mas também conduz e conforma, garantindo que a conduta dos sujeitos se alinhe aos valores instituídos pelo projeto, reforçando a docilização e governabilidade como mecanismos centrais do poder disciplinar.

REFERÊNCIAS

- CHARLOT, B. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- COSTA, G. P. O Projeto Professor Diretor de Turma e a gestão escolar para resultados no estado do Ceará de 2008 a 2023. 2024. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.
- CRESWELL, J. W. Qualitative inquiry and research design: choosing among five approaches. Sage Publications, 2013.
- DUSCHATZKY, S.; SKLIAR, C. Escuela, violencia y subjetividad. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2001.
- EX-SEC. Declarações sobre o impacto do PPDT na gestão escolar. Relatório interno da SEDUC-CE, 2017.
- FLICK, U. An introduction to qualitative research. Sage Publications, 2009.
- FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. Discipline and punish: the birth of the prison. Tradução de A. Sheridan. New York: Pantheon Books, 1991.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. Atlas, 2008.
- LEITE, H. E. G. F. O papel do Diretor de Turma no acompanhamento escolar. Lisboa: Edições Pedagógicas, 2016.
- MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. Hucitec, 2010.
- NÓVOA, A. Para um estudo das identidades docentes. Revista Educação, Sociedade & Culturas, n. 26, p. 7-16, 2009.
- PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio de 1998. Diário da República, 1.ª série, n.º 102, p. 2022-2030, 1998. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/115-a-1998-155636>.
- ROLDÃO, M. do C. Gestão curricular: fundamentos e práticas. Lisboa: Ministério da Educação, 1999.
- ROSE, N. Powers of freedom: reframing political thought. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- SÁ, V. A gestão intermédia na educação: o diretor de turma como elo de ligação entre a escola e a comunidade. Porto: Edições Universitárias, 1997.
- SEC. EXEC. Depoimento sobre a função do PDT e sua relação com a docência. Entrevista realizada em 2017.
- SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ – SEDUC. Projeto Professor Diretor de Turma. 2011. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2011/10/20/diretor-de-turma/>.
- SOUSA, T. F.; OLIVEIRA, A. S.; SOBREIRA, R. R. O Projeto Professor Diretor de Turma no Ceará: origem e funcionamento. Relatório de pesquisa, 2019.



VEIGA-NETO, A. Educação e pós-modernidade: impasses e perspectivas. Resumo da aula inaugural no Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PPG-Educação/PUC-Rio), 2005. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/04/EducacaoePosModernidadeVeigaNeto.pdf>.